

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 28 DE ABRIL DE 2023

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, nos Paços do Concelho pelas vinte e uma horas e quinze minutos iniciou-se a sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Peso da Régua de harmonia com a convocatória de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e três, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município.
- 2) Apresentação, discussão e aprovação da Conversão da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) em Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) Ibérico de Municípios Ribeirinhos do Douro.
- 3) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à prestação de Contas de Gerência 2022.

Feita a chamada, verificou-se que não estavam presentes os Deputados, Jorge Filipe Gomes Alves, Paula Teixeira Carvalho, Carla Sofia Marracho Borges e Hugo Tiago Rodrigues da Fonseca, tendo sido substituídos pelos Deputados, Paulo Manuel de Carvalho Teixeira Mendes, Fábio Santos de Carvalho Guedes, Ricardo Filipe Eusébio Martins e João Manuel Nogueira Rocha, respetivamente.

No tratamento de assuntos gerais para o interesse da Autarquia, usou da palavra a Presidente de Junta de Freguesia de Galafura e Covelinhas, Fátima Teixeira, questionando acerca da obra em execução na estrada municipal 13-1, entre a Barragem de Bagaúste e Covelinhas e a previsão do seu término, dada a importância da ligação, por último, mencionando o estado de conservação da estrada municipal 313-2, no cruzamento de Galafura e a localidade da Seara, com repercussões para a vida das pessoas, nomeadamente pelos perigos que pode acarretar, mais especificamente para as crianças no âmbito do transporte escolar.

Tomou da palavra a Deputada do PS, Marinete Alves, elencou algumas felicitações, tais como a conquista do segundo lugar pelo clube de natação municipal no concurso internacional de Bragança, denotando o excelente trabalho do grupo municipal, representando uma mais-valia para o concelho; A paróquia de Peso da Régua, com o apoio da autarquia e dos demais reguenses para o acolhimento da Jornada Mundial da Juventude; O Sr. Presidente do Município, pela presença no Fórum Internacional de Comunidades e de Cidades, pela mensagem de solidariedade levada ao povo Ucr niano, em tempos tão difíceis, questionando de seguida, qual a emoção do mesmo ao deslocar-se às freguesias do concelho, verificando o mau estado das estradas, sem sinalização e proteção. As necessidades do território, incidem muito na urgência de reabilitar a rede viária, tal qual é apresentado anualmente no plano e orçamento, sem execução verificada, aludindo deste modo que os trabalhos não são executados pelo motivo de inexistência de orçamento, mas antes por uma questão de gestão e de definição de prioridades. Questionou, ainda, acerca do plano de investimento para a requalificação da rede viária, nomeadamente, quanto a valores e prazos, denotando que não é a aquisição de massas betuminosas, que fora recentemente efetuada, que resolver  os problemas já mencionados que acarretam custos para o orçamento das famílias Reguenses.

No período de intervenção aberto aos M nicipes presentes, registou-se a intervenção da M nicipal Gabriela Guimarães, aludindo acerca da rede viária do concelho, bem como as prioridades e modo de atuação do executivo em obras, tal como as obras na Avenida Dr. Manuel de Arriaga, com obras prolongadas, o estado de degradação da Rua Augusto Vieira em Godim, Avenida Sacadura Cabral, a zona histórica do Peso, entre outros, questionando a opinião do executivo acerca da sua opinião, bem como, a reivindicação junto do estado central de verbas para este efeito.

Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal respondendo à questão levantada pela Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Galafura e Covelinhas, referindo que relativamente ao Douro que queremos mostrar a quem nos visita, corresponde a um Douro infraestruturado, na rede de saneamento, de águas, etc.. No atinente à obra da estrada de Covelinhas,   de elevada complexidade e desta forma é uma obra que demorará o seu tempo. No referente às pavimentações será financiada a pavimentação de 1 metro e 10 cm, tendo o município o comprometimento de pavimentar meia vala, em complemento. Respondendo   Deputada Marinete Alves, que é o ponto mais crítico de intervenção, no entanto, tem a sua complexidade e inexistência de financiamento europeu, densificando os problemas rodoviários no concelho e no país. É um problema reivindicado por todos e que urge ter respostas macro. Em resposta, à Sra. M nicipal Gabriela Guimarães, respeitando ao mesmo assunto e especificamente face   requalificação da Avenida Dr. Manuel de Arriaga, as obras são demoradas, dada à complexidade e   requalificação profunda de que está a ser alvo.

Tomou da palavra o Deputado do PS, Fábio Guedes, aludindo para a importância da obra da Avenida Dr. Manuel de Arriaga, informando que após auscultação de vários moradores, foram recebidas indicações de que há poucos lugares de estacionamento, passeios estreitos, muros

sem proteção, apenas um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida e junto à repartição pública e estádio municipal não existem estes lugares, desejando o grupo municipal do PS que ainda na execução desta obra, estas falhas possam ser debeladas. Relativamente ao investimento em habitação social, salienta o Fundo Fomento da Habitação, na Avenida Sacadura Cabral, sem investimento há mais de 30 anos, estando completamente degradado com telhado em fibrocimento e caixas de saneamento a céu aberto, questionando quando este será intervencionado. Por último, solicitou esclarecimentos relativamente à Avenida Dr. Antão de Carvalho, se o sentido descendente será para manter, já que as obras da Avenida Dr. Manuel de Arriaga, junto ao largo dos aviadores, já se encontram concluídas.

Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal respondendo à questão levantada pela Sr. Deputado Fábio Guedes, acerca dos estacionamentos reduzidos na Avenida Dr. Manuel de Arriaga, o mesmo verifica-se dado o espaço reduzido da via rodoviária, algo que tem sido analisado pelos serviços de modo a dirimir os incómodos o mais possível. Já no respeitante à largura dos passeios da mesma via, a legalmente e tecnicamente prevista está assegurada, bem como quanto aos lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, tem regras parametrizadas e estão asseguradas no projeto e serão asseguradas no terreno. No respeitante, ao bairro da Avenida Sacadura Cabral, o mesmo não é municipal, mas sim do IHRU, tendo inclusive sido o mesmo retirado na Estratégia Local de Habitação. Os bairros da competência do Município estão em constituição de condomínios, nomeadamente em 23 blocos, para que avancem as obras de requalificação dos mesmos, tendo o Município um papel crucial nesta matéria.

Procedeu-se à discussão e votação da ata da última Assembleia Municipal ordinária, tendo sido a mesma aprovada, com 26 votos a favor e 3 abstenções.

Entrando no 1º ponto da ordem do dia iniciou-se a apreciação da informação escrita do Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e a situação financeira do município.

No que concerne à atividade da Câmara Municipal, destacou alguns pontos:

- Reunião com o Comandante sub-regional de Emergência e Proteção Civil do Douro, sobre a importância pela passagem da organização territorial não por distrito, mas sim por Comunidades Intermunicipais.
- Acompanhamento e apoio das atividades das Jornadas Mundiais da Juventude, nas várias paróquias com diversos voluntários, de modo a acolher cerca de 400 pessoas na semana antecedente às Jornadas Mundiais da Juventude.
- Diversas reuniões com os responsáveis pelo Centro Distrital de Segurança Social de Vila Real, com o recente assumir das competências a nível municipal em articulação com a Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua, com uma ambição de criar projetos piloto, nomeadamente no âmbito da área social, com financiamentos avultados no próximo quadro comunitário.

- Reunião com o Sub-Diretor Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, no âmbito de criar instalações, através da criação de um grande edifício com as valências dos serviços das Finanças, da Alfandega, Segurança Social e Notariado, congregando assim, num único espaço estes serviços que servem os melhores interesses dos Reguenses.
 - Participação no Fórum internacional de Comunidades e Cidades, no âmbito do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, realizado em Kiev, o que permitiu vivenciar um cenário de guerra, que sensibiliza.
 - Reunião do Conselho Hidrográfico da Região do Norte onde foi apresentado o descontentamento em relação ao PGRI, pelo impacto negativo no Município e na Região.
 - Presença no Encontro dos Clubes do Rotary Club, com uma geminação com Ovar, o que densifica a ligação entre os Municípios, através de vários projetos que se avizinham.
 - Assinatura do contato com os elementos integrantes a 2ª equipa permanente da Associação Humanitária dos Bombeiros de Peso da Régua, com o financiamento em partes iguais por parte da Autoridade Nacional de Proteção Civil e pelo Município.
 - Reunião com a equipa responsável pela elaboração do plano de pormenor da Milnorte, com a avaliação de um conjunto de pareceres de várias autoridades ao documento, reavaliando as devidas alterações a serem concretizadas.
 - Reuniões de Condomínios dos Bairros Calouste Gulbenkian, Fundação Salazar e Fundo Fomento de Habitação, um trabalho longo e moroso, mas que trará benefícios conjuntos no âmbito da reabilitação dos mesmos.
 - Reunião com a comissão organizadora do INFOWINE Fórum - Congresso Internacional da Vitivinicultura, de um fórum a realizar-se em Peso da Régua, inserido na Cidade Europeia do Vinho de 2023.
 - Promoção de uma ação com as paróquias no âmbito das Jornadas Mundiais da Juventude, com a plantação de obras, uma ambição de plantação massiva de árvores no concelho nos próximos anos, com cada uma das crianças do concelho possam apadrinhar uma árvore.
 - No âmbito da Saúde, com a finalização das obras no Hospital D. Luiz I, com o fecho do contrato da transferência das competências, informou que haverá uma alteração programática geral com a criação das Unidades Locais de Saúde, juntando os serviços descentralizados pelas várias infraestruturas até então. Uma alteração estratégica que não deve ferir os interesses dos reguenses e que no limite possa trazer mais valências e não o encerramento das existentes.
- Relativamente à saída do Centro de Hemodiálise de Peso da Régua para Lamego, informa que é algo que não ocorrerá, devido à abertura de um centro congénere no Hospital de Lamego, o que inviabiliza a transferência, continuando assim o mesmo em Peso da Régua.
- Quanto à requalificação da Linha do Douro, há um desconforto generalizável pela parte da CIM Douro, pelos atrasos consecutivos em todo o processo, com uma situação muito distinta entre a linha de Pocinho-Barca D´Alva e a restante linha, nomeadamente com o lançamento dos projetos de execução entre o Marco de Canaveses-Régua e Régua-Pocinho. A insatisfação levará ao lançamento de um comunicado conjunto e com o pedido de uma audição com o Senhor primeiro-ministro a fim de resolver este processo o mais possível.
 - No atinente à reforma institucional do Douro, a Casa do Douro, há a necessidade de criar

pensamento, de modo que a região e a instituição possa beneficiar. As votações já decorridas na Assembleia da República na generalidade, seguirão os seus trâmites na especialidade, tendo congregado duas visões distintas no passado, com os dois partidos do arco da governação disponíveis para uma posição conjunta. Existe a necessidade de definir as competências da Casa do Douro e do IVDP; assumir que o financiamento da Casa do Douro não crie taxas para os vitivinicultores, mas sim que se proceda com o contributo já dado atualmente; definir a autonomia financeira do IVDP.

- Preparação das cerimónias das comemorações do 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das comunidades portuguesas, com três dias de cerimónias principais, antecedidas na semana anterior com diversas atividades para as escolas do concelho e da região, inseridas na Cidade Europeia do Vinho 2023.

Na sequência do assunto da reforma institucional da região do Douro, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Peso da Régua, elencou alguns esclarecimentos acerca do assunto na sua qualidade de deputado da nação.

Tomou da palavra da palavra o Deputado do CH, Eduardo Miranda, que aludiu acerca alguns itens, nomeadamente a reuniões com: a Casa do Povo de Godim; Direção do Futebol Clube de Fontelas; Presidente da Junta de Fontelas e Presidente da Comissão Administrativa da Casa do Povo de Fontelas; Reunião com as associações desportivas do concelho. Adensando a ideia manifestada na 1ª assembleia municipal, como forma de debate, nomeadamente referente ao associativismo com tempos sombrios, pelo envelhecimento dos agentes associativos e mesmo pela desertificação e extinção de diversas associações. Nesta senda, elencou o estado da situação da Casa do Povo de Godim, com nenhuma alternativa concorrente às eleições da Direção da mesma; no Futebol Clube de Fontelas, com demissões e desavenças nos seus corpos sociais; na Casa do Povo de Fontelas, com litigâncias jurídicas e desarticulação dos seus corpos na constituição e gerência da mesma; nos Bombeiros de Peso da Régua, com uma situação financeira desfavorável e arriscada para o futuro da instituição. Sugeriu para estes problemas que as forças partidárias do concelho fomentem o desempenho das funções de associativismo concelhio, sob pena de se assistir ao encerramento das mais variadas instituições, que prestam um serviço crucial às populações.

Alertou para a situação de salários em atraso pela parte de dois funcionários da fundação renovação douro, tendo desafiado o Presidente do Município a usar da sua magistratura de influência a fim de que seja solucionada a situação destes dois funcionários para o seu bem e das suas famílias.

Usou da palavra a Deputada do PS, Marinete Alves, destacando que relativamente à questão da Casa do Douro, que o processo se encontra em discussão graças ao PS, que promoveu a discussão e votação relativamente à reforma institucional da Casa do Douro, com a limagem das arestas na especialidade, refletindo uma visão comum e favorável ao vitivinicultor, com ausência de mais encargos financeiros para os mesmos.

Aludiu ainda aos problemas mais gravosos para a região, concretamente a ausência de trabalhadores na vinha, o preço de produção cada vez maior, entre outros. Não devendo desta situação fazer-se bandeira política, pois não é o que o agricultor ambiciona, mas sim a resolução dos problemas existentes.

Tomou da palavra o Deputado do PSD, Raúl Gonçalves, enaltecendo o executivo municipal pelo facto de que a cada reunião que passa o número de projetos em execução é maior, tal como o número de processos de projetos para execução e que maior é o trabalho efetivo em prol dos reguenses. Elogiou, assim, a postura assumida relativamente aos problemas de degradação da rede viária do concelho, sem maquilhar com pequenos problemas os verdadeiros problemas, e promovendo as mais indicadas soluções para a sua resolução, nomeadamente com a reabilitação de diversos troços com o recurso a verbas próprias, sem apoios financeiros europeus e nacionais. Já no concertante, à atividade municipal, destacou alguns pontos sobre os quais detinha algumas dúvidas, nomeadamente no respeitante às comemorações do 10 de Junho, que projetarão Peso da Régua e a nossa região para o país e para o mundo inteiro e também relativamente à reforma institucional da Casa do Douro e à união entre o PS e o PSD nesta matéria, tendo mesmo na imprensa regional, o Deputado à Assembleia da República do PS, Agostinho Santa, elogiado a postura do Deputado à Assembleia da República do PSD, Artur Soveral Andrade, bem como à postura do PSD local acerca do assunto, denotando, em conclusão a inconstitucionalidade pela parte do Tribunal Constitucional, relativamente ao projeto de lei da esquerda parlamentar, declarando a sua inconstitucionalidade.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fontelas, destacando que no concertante às dúvidas suscitadas pelo deputado do CH, Eduardo Miranda, o Futebol Clube de Fontelas, há dois anos atrás apenas com a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia, é que foi possível constituir uma comissão administrativa do clube, o mesmo aconteceu na Casa do Povo de Fontelas, tendo sido tomadas as diligências necessárias para a manutenção deste centro comunitário. Afirmou ter intervenção nestas instituições da freguesia de modo a garantir a sua continuidade e serviço aos fregueses de Fontelas e ao concelho.

Tomou a palavra a Deputada do PSD, Cátia Trindade, destacando e parabenizando o executivo municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal, pela extensa e vasta atividade que é exercida, nomeadamente a homenagem efetuada no dia 8 de março, dia internacional da mulher e que na sua qualidade de mulher, não se poderia sentir mais lisonjeada, reconhecendo o papel crucial das mulheres que com o seu sangue, suor e lágrimas, mantém a região, mesmo que ainda sejam injustiçadas do ponto de vista salarial, entre outros aspetos. Já no referente, à Linha do Douro, apesar dos esclarecimentos prestados, referiu o lamento perante a situação. E por fim, relativamente à instituição Casa do Douro, recordou que este processo não iniciou a sua discussão no presente, mas sim já há muito tempo, tendo naturalmente que ser limadas diversas arestas, com uma visão unificada na Assembleia Municipal de Peso da Régua pela parte das diversas forças políticas, tendo nesta fase do processo atual, o PSD de Peso da Régua tido preponderância suficiente para que os dois principais partidos do arco da governação partilhem de uma visão

relativamente concertada.

Usou da palavra o Deputado do PS, Luís Monteiro, clarificando que o processo da casa do Douro, não se tratou de um processo de divisão política, mas sim um processo comum aos partidos concelhios, o que fora destacado pela Deputada Marinete Alves, fora precisamente que a questão está viva, pela submissão na Assembleia de um projeto-lei da parte do PS e do PCP, de outra forma não haveria a discussão presente e no que respeita a inconstitucionalidade, referiu que o que a motivou foi a inscrição obrigatória, uma posição não exclusiva da esquerda, mas também dos governos de Pinto Balsemão, Cavaco Silva e Durão Barroso, onde a inscrição era obrigatória na casa do Douro.

Tomou da palavra o Deputado do PSD, João Rocha, evidenciando a dinâmica concelhia no bom uso dos equipamentos municipais, como é o AUDIR exemplo, projeto ambicionado e concretizado pelo PSD, com uma dinâmica de um sem número de conferências, fóruns, workshops, etc. de âmbito regional e nacional, prestigiando o concelho e atraindo benefícios sociais e económicos e de valorização concelhia e do território em geral, especialmente num ano em que o Douro é capital Europeia do Vinho 2023. Destacou, por fim, a iniciativa municipal, “Régua Anima”, pela vitalidade que confere aos espaços comerciais e turísticos do concelho, verdadeiros centros nevrálgicos para atividade concelhia, evidenciando planeamento e estratégia, algo muitas vezes alvo de ataque ao executivo, mas que a dinâmica apresentada demonstra o oposto.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho dos Freires, aludindo para questões diretas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, nomeadamente no referente à conclusão da obra do polidesportivo de Vilarinho dos Freires, questionando se esta conclusão inclui a iluminação desta infraestrutura. Quanto ao parque infantil da casa do povo de Vilarinho dos Freires, afirma manter-se a falta de limpeza, questionando se o Município mantém contactos com a direção da casa do povo de modo a promover limpezas regulares daquele espaço. Em relação à recolha do lixo, no lugar das Escávedas, mais propriamente nas Ruas do Serro e Padaria, tendo os habitantes de percorrer cerca de 200 metros para o depósito do lixo. No respeitante, à segurança rodoviária, elencou a premência das passadeiras redutoras em Alvações do Tanha e Vilarinho dos Freires, dada a velocidade excessiva que os automobilistas têm naquelas estradas, pondo em perigo os habitantes. Acerca da relação dos muros caídos provocados pelas intempéries, questionou o ponto de situação desta situação. No talude do carriço, averiguar se fora procedida alguma fiscalização. E por fim, relativamente à Rua do Rio e Rua do Monte, as estações elevatórias continuam a ser abastecidas por um gerador de modo a poderem ser recolhidos os resíduos.

Usou da palavra o Deputado do PSD, Raúl Gonçalves, mencionando que conhece a história da Casa do Douro, sabendo dessa forma os erros cometidos pelos governos do PSD e a posição do grupo municipal do PSD que sempre adotaram uma postura contra o partido, mas favorável aos superiores interesses dos reguenses e durienses.

Tomou a palavra a Deputada do PS, Marinete Alves, esclarecendo a Deputada Cátia Trindade, acerca de que o futuro é discutido no presente e não com base no passado, devendo a discussão

ser centrada no futuro e há questões partidárias atinentes a este assunto, tendo sido bandeira do PSD Peso da Régua nas eleições autárquicas transatas.

Usou da palavra o Deputado do PS, Luís Monteiro, evidenciando ao Sr. Deputado Raúl Gonçalves, relativamente à expressão e vocabulário usado não era o mais correto e destacou a sua liberdade de atuação, referindo que ouvirá a gravação a fim de perceber o contexto da utilização das palavras.

Tomou a palavra o Deputado do PSD, Raúl Gonçalves, esclarecendo que gosta de ser respeitado e dar-se ao respeito e que a expressão que utilizou foi referente ao próprio e à sua postura dentro do partido ao qual pertence, não tendo aplicado nenhuma palavra daquela natureza a qualquer outro deputado.

Para fins de encerramento da discussão do ponto 1, usou da palavra o Sr. Presidente, esclarecendo o Deputado Eduardo Miranda, do CH, acerca da reflexão pertinente sobre o associativismo concelhio, muito importante para a dinâmica do concelho, destacando que o Município não se impõe nos corpos sociais do associativismo, não devendo ser esta uma questão partidária, salvaguardando a posição do Presidente de Junta de Freguesia de Fontelas, pelo que sofre e vivencia os problemas das instituições da freguesia, com destaque para a atuação que o próprio desempenhou na Casa do Povo de Fontelas, de modo a ajudar e a colaborar com o sucesso da instituição. Já no atinente à Casa do Douro, apelou à construção do futuro, de forma válida e sustentada, levando à discussão ideias da própria assembleia municipal para a reforma institucional da Casa do Douro, a fim de melhorar a solução para todo o processo. Clarificou, ainda, mais detalhes extensivamente, acerca do que foi a declaração de inconstitucionalidade do projeto de lei anterior, finalizando o tópico de discussão com a convicção de que a união fará toda a diferença no sucesso desta reforma institucional da Casa do Douro, crucial para a região e para as suas gentes, com um documento final claro e onde fiquem as competências de cada instituição de modo a que tudo esta devidamente uniformizado e não haja nenhum atropelo nas funções e competências de cada instituição o que seria nefasto para os vitivinicultores.

Usou da palavra o SR. Presidente que relativamente ao que foi enunciado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho dos Freires, informando que quanto ao polidesportivo, trata-se de um pedido não da empreitada, mas um pedido já feito à EDP; quanto ao parque infantil, constitui uma parceria entre o Município e o centro de dia, que reporta o feedback de atentar ao estado de limpeza do parque infantil; no respeitante à recolha do lixo, remeteu para uma solução que será analisada de modo a solucionar o problema; as passadeiras de modo a atenuar a perigosidade provocada pelos automobilistas, residindo a dúvida quanto ao tipo de passadeira a implementar; quanto às intempéries, foi instruída uma candidatura que financiará significativamente os danos causados, tendo remetido para a próxima assembleia municipal para um pedido de empréstimo que faça face aos danos causados; relativamente às estações elevatórias avançou que a informação que detém é de que a empresa que virá a fazer um conjunto de serviços, será realizada nos próximos dias; quanto ao talude mencionado em Vilarinho dos Freires, remeteu para um esclarecimento mais pormenorizado mais adiante, de

forma a conter todos os elementos de análise. Relativamente às comemorações do 10 de Junho, serão comemorações de três dias, antecedidos pela ida do Sr. Presidente da República à África do Sul de 4 a 9 de junho, chegando a Peso da Régua, no dia 9 de junho, com cerimónia protocolar de receção dos corpos diplomáticos e os cumprimentos oficiais, com um jantar no Museu do Douro, seguida de animação musical naquela frente do rio Douro e posteriormente, um espetáculo de fogo de artifício. No dia 10 de junho, as tribunas serão na Avenida do Douro, com limitações de acesso, com uma bancada destinada à CIM Douro e restantes para as mais altas entidades, seguindo-se uma parada militar com os três ramos das forças armadas, culminando com um almoço na Alameda e no fim do dia a cerimónia do arriar da bandeira nacional e em paralelo a estas comemorações de 8 a 11 de junho, decorrerá a Douro Wine City, sendo a mesma visitada pelo Sr. Presidente da República. Será testado nas comemorações, o circuito de transportes urbanos de modo a trazer ao centro urbano uma nova vitalidade e serão criados parques de estacionamento complementares e temporários para fazer face aos parques de estacionamento tradicionais encerrados durante as comemorações.

Foi dada a nota pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, de que foram elencados vários nomes e a seu ver foi esquecido o nome do ex-ministro Pina Moura, a seu ver dos piores em todo este processo. No que concerne ao atual governo, recordou que temos o mesmo primeiro-ministro e a mesma ministra da agricultura, que não cumpriu com os prazos da convocatória das eleições, etc., denotando que é necessária alguma cautela.

Por imposição legal, foi votado o prolongamento por um período máximo de mais duas horas, o qual foi aprovado, por unanimidade, com 29 membros presentes.

Deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, tomou da palavra o Sr. Presidente, que se referiu a este ponto relativo à Conversão da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) em Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) Ibérico de Municípios Ribeirinhos do Douro, com o objetivo de com a associação aceder a financiamento europeu direto sem que haja como intermediários, quer o Estado Português, quer o Estado Espanhol, podendo desta forma o financiamento ser solicitado diretamente.

Os grupos municipais prescindiram do uso da palavra.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à apresentação, discussão e aprovação da Conversão da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) em Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) Ibérico de Municípios Ribeirinhos do Douro, foi aprovada por unanimidade com 27 votos a favor.

Deu-se entrada no ponto 3 da ordem do dia, usou da palavra o Sr. Presidente, que referiu na decorrência da lei, referente à apresentação de contas do ano de 2022.

Resumindo a atividade que foi feita ao longo do ano, refletindo também o documento os constrangimentos, as dificuldades e as oportunidades, sendo de destacar no âmbito do planeamento, com uma revisão do PDM e um processo de adaptação dos equipamentos municipais à nova política de classificação e qualificação dos solos, referindo alguma apreensão pela visão de gabinete bastante desfasada da realidade dos 308 municípios do país, retraindo as zonas de expansão, estando atualmente a decorrer uma primeira simulação que já preocupa pela previsão da redução significativa das zonas de expansão e a consequência futura desta redução, que restringirá as possibilidades de construção. No seguimento, salientou que o plano da Milnorte também se encontra vertido nestas situações e que já foi referido anteriormente. Aludiu, ainda, algumas questões pertinentes tais como que está a ser trabalhado o nó de ligação A24 até à zona industrial, com o estudo de impacto ambiental a ser realizado, tendo já sido entregue ao projetista; Parceria e diálogo com o novo presidente da APDL, sendo para breve a nova audiência com o mesmo, havendo a expectativa de que os princípios se manterão, podendo promover o financiamento do cais fluvial, com um papel difusor de toda a região e não apenas de Peso da Régua; Candidatura feita aos bairros digitais, que já se encontra na segunda fase, potenciando uma grande dinâmica na zona comercial; As obras planeadas, encontram-se em fases distintas, mas todas a decorrer, sendo que a obra das Caldas do Moledo se encontra numa fase avançada de obra, distinta da do Hospital D. Luiz I, com alguma compatibilização de especialidades, que carece do seu tempo, já ao nível do Programa do 1º Direito, salientou que tem havido uma aposta forte quer na resposta pública, quer na resposta privada, mesmo com a dificuldade de mão-de-obra, que será o maior desafio a enfrentar e que estão as candidaturas em fase de instrução aos vários níveis. No que respeita às funções sociais e de educação, relembra que continua um conjunto vasto de apoios às crianças e jovens, a base futuro do concelho, com ações de sensibilização e formação ao nível da nutrição, dada a obesidade muito precoce das crianças e jovens. Ao nível do associativismo, com a manutenção de um vasto apoio financeiro, de transportes, apoio logístico, com a cedência de espaços desportivos e espaços para a constituição de sedes, evidencia que é de destacar que no ano anterior foram efetuados 397 pedidos de transporte por parte das associações do concelho; salientou a manutenção da campanha de esterilização de cães e de gatos, em parceria com as associações de animais do concelho; no âmbito do turismo, uma das especializações do território, especialmente num ano em que o Douro é Capital Europeia do Vinho 2023, tendo já havido sinais de recuperação face aos períodos pré-pandemia, com um acentuar dos níveis de turismo. Nesta senda, reconhece que existem também naturalmente algumas dificuldades, com uma necessidade de compatibilização com o orçamento municipal e gerir o município tem os seus desafios, tendo referido a integração do Município na empresa das Águas do Interior Norte, podendo já ser feita uma análise da integração na empresa, como está a ser discutido o próximo quadro de apoio quadro comunitário de apoio e não estão a ser previstos valores significativos para o âmbito do ciclo urbano da água e para a CIM do Douro, está previsto um envelope financeiro de 6 milhões e meio de euros para o próximo quadro comunitário, a empresa atualmente já fez atualmente um investimento de cerca de 30 milhões, portanto a inserção e agregação numa empresa foi altamente positivo, pois caso não o tivesse sido feito, seria muito complicado efetuar

investimentos com recursos a financiamentos, na medida em que estes para o próximo quadro comunitário serão diminutos. Evidenciou que a empresa das Águas do Interior Norte, tem tido um bom desempenho, apresentado resultados positivos, bem como já arrecadou um prémio de eficiência atribuído pelo fundo de apoio, com o valor de 1 milhão de euros pelo resultado que obteve.

Fez menção a um conjunto de circunstâncias, como infiltrações na Avenida do Douro, com uma empreitada de 139 mil euros; tentativa de acionamento de uma caução junto da Caixa Geral de Depósitos para encerrar as obras de requalificação do loteamento quinta Viana, o que não se veio a verificar, no valor de 122 mil euros; problema na cobertura do pavilhão nas intempéries que representou um gasto avultado de 50 mil euros. Procedeu ao elencar dos custos do meio ambiente em termos de défice orçamental, em termos de água e saneamento e de apoio social dado aos reguenses. No seguimento, informou que entre 2021 e 2022, face ao aumento do preço dos combustíveis fósseis, existe um acréscimo de 672 mil euros no orçamento municipal. No ano de 2022, o valor de dívida sem os empréstimos excecionados, de 17 224 024 euros e com os empréstimos excecionados 18 654 158 euros, com a referência de capacidade de endividamento de 20 milhões e 317 mil euros.

Usou da palavra o Deputado do PS, Luís Monteiro, referindo que referente ao plano e orçamento anterior o grupo municipal do PS, manifestou várias preocupações, que com o decorrer do tempo se manifestaram em factos, com vícios e limitações recorrentes, com uma suborçamentação. Em 2022, a orçamentação ficou abaixo daquilo que tinha sido prometido pelo executivo aos reguenses, com uma redução de 8,8 milhões, também no plano houve uma execução inferior ao previsto inicialmente. Referiu que na área da requalificação da rede rodoviária, a execução ficou muito aquém do expectável, transversal ao longo do concelho, destacou que a carga fiscal e o esforço das famílias cada vez é superior no município de Peso da Régua. Já no respeitante aos níveis de endividamento, solicitou esclarecimentos acerca da dívida total da autarquia com valores díspares apresentados nos quadros do documento. No concertante à dívida do município aos fornecedores ter aumentado, afirma que é nefasto para os reguenses que têm sido cada vez mais chamados a efetuar um esforço com o progressivo aumento da carga fiscal. Destacou, por último, que Peso da Régua, em termos demográficos assistiu a uma diminuição de população muito significativa, o que preocupa muito o grupo municipal do PS, pela incapacidade de promover ofertas de emprego que fixam população e por fim anunciou o voto contra no relatório em apreço.

Tomou da palavra o Deputado do PSD, Raúl Gonçalves, enunciou desde logo que o grupo municipal do PSD votaria favoravelmente o relatório em discussão e referiu algumas dúvidas quanto ao mesmo, tais como: o conceito de dívida excessiva no entender do grupo municipal do PS, na medida em que ele não excede os valores previstos em lei. Referiu que para haver um aumento de receita, tem naturalmente de haver um aumento de impostos e para haver uma diminuição de receita tem de haver um corte nos apoios sociais dados aos reguenses. A dívida do executivo municipal é aumentada essencialmente pelos apoios que o município presta a todos os reguenses, nomeadamente na água e saneamento.

Para fins de encerramento da discussão do ponto 3, usou da palavra o Sr. Presidente, esclarecendo o PS acerca das dúvidas levantadas, na sequência do seu papel enquanto oposição, criando a fórmula de que quem está no exercício de funções tem de cobrar menos impostos e conferir mais apoios sociais, algo impossível na realidade, tendo extensivamente dado exemplos de como poderia ser reduzida a dívida, diminuído a qualidade dos serviços e apoios prestados pelo Município aos reguenses e clarificou, ainda, a diferença entre impostos e taxas e a sua adequação nas rubricas contabilísticas. O investimento não tem diminuído, pelo contrário, apenas no âmbito da rede viária em detrimento da habitação social, no investimento na saúde, na educação entre outras áreas. Em resposta à única pergunta que foi colocada, que se justifica com a conta 29, que se introduziu com o novo SNC-AP.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à prestação de Contas de Gerência 2022, foi aprovada com 19 votos a favor, 9 votos contra e 0 abstenções.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, vinte e nove dos Senhores e Senhoras Deputados(as), aprovar a presente ata, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.